

ARTIGO

TERRITÓRIO, PODER E DINÂMICA ESPACIAL: DIFERENÇAS E COMPLEMENTARIDADES ENTRE GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

Resumo

O presente texto tem como objectivo debater criticamente o conteúdo e os propósitos da Geografia Política, procurando estabelecer o quadro de elementos que diferenciam esta área disciplinar da Geopolítica. Partindo de uma breve síntese da evolução e da estrutura interna da Geografia, posiciona-se a área da Geografia Política neste quadro, contrapondo-se à linha clássica estatista iniciada por Ratzel em finais do século XIX, ideias alternativas como as de Reclus e mais recentemente Lacoste ou O' Tuathail. Esta análise crítica serve de base para uma leitura comparativa e dinâmica, bastante apoiada em autores portugueses, das características da Geografia Política e da Geopolítica que permite estabelecer um quadro final de diferenças e complementaridades. A partir deste, é possível constatar a pertinência dos dois saberes, os limites, por vezes difusos, que os separam e, sobretudo, a sua utilidade social nos dias de hoje.

Palavras-chave:

Geografia, geopolítica, geopolítica clássica, geopolítica crítica, relação política-território

Abstract

This paper aims to critically discuss the contents and purposes of Political Geography, identifying the elements that differentiate this research subject from Geopolitics. Starting with a brief overview of the development and internal structure of Geography, the Political Geography area takes position on this context, contrasting the classical statist orientation initiated by Ratzel in the late nineteenth century, with alternative ideas such as the ones of Reclus and more recently Lacoste and O'Tuathail. This critical analysis of the epistemological foundations, objectives, scale(s) and subjects of research is the basis for a comparative and dynamic reading, highly supported by Portuguese authors, of the characteristics of Political Geography and Geopolitics in order to establish a framework summarizing differences and complementarities. With the reading of this instrument, it is possible to verify the relevance of the two forms of knowledge, the sometimes diffuse limits separating them and, above all, its social usefulness in our days.

Keywords:

Geography, geopolitics, classical geopolitics, critical geopolitics, relationship policy-territory

Introdução

De alguma forma, pode-se afirmar que as preocupações geográficas acompanham os grupos humanos desde que estes existem no planeta. Suporte dos elementos essenciais à vida (solo, água, recursos minerais...) e à organização social, mesmo nestes inícios do 3º milénio DC quando se atingem níveis de artificialização e de mobilidade sem precedentes, o espaço terrestre e o seu conhecimento têm-se revelado essenciais para satisfazer necessidades e mesmo para garantir a sobrevivência dos habitantes do planeta. Escolher os melhores percursos, limitando os riscos e potenciando os acessos mais fáceis, perceber quais os locais mais apropriados para instalar um povoado ou praticar agricultura, ou saber como se posicionar para tirar partido do vento ou da água para produzir energia, são processos essenciais para sustentar a vida dos grupos humanos, inicialmente no período recolector e, depois, como forma de apoio ao processo de sedentarização iniciado há cerca de 12 000 anos.

Naturalmente, este tipo de saber geográfico associado ao senso comum, que se prolongou ao longo dos tempos, deve ser distinguido do conhecimento geográfico de carácter científico (MAUREL; ALBA, 1995), que tem fundamentos nos trabalhos de Eratóstenes, Estrabão ou Ptolomeu no período clássico Grego e Romano, percorre um longo caminho e acaba por se institucionalizar no século XIX, após as contribuições analíticas e conceptuais de Humboldt e Ritter na Alemanha (RIBEIRO, 1987; ARNAL, 2003), com o surgimento do ensino formal da disciplina em cátedras universitárias – associado à realização de trabalhos de investigação baseados em princípios e métodos rigorosos - e a inclusão do conhecimento geográfico no ensino básico geral.

A propósito de Geografia – breves notas disciplinares

Entre finais do século XIX e a Segunda Guerra Mundial, aparecem as primeiras propostas sistematizadas de pensamento geográfico, que vão ser difundidas e discutidas em textos, congressos e sessões académicas, e cujos princípios epistemológicos e metodológicos vão ser adoptados por diversos geógrafos em todos os países do mundo ocidental. Estas primeiras escolas de pensamento geográfico assumem como preocupação central as relações entre os grupos humanos e o meio natural, cabendo ao último uma função explicativa primordial. No entanto, enquanto o determinismo ecológico, inicialmente explicitado pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel nas suas obras dos anos 80 do século XIX, e adoptado e difundido nas décadas seguintes por

autores como Ellen Sample e Huntington nos Estados Unidos ou Oliveira Boléo (1935) e mesmo Amorim Girão¹ (1936/2000) em Portugal, enfatiza a forte dependência dos grupos humanos em relação ao meio natural, possuindo este um carácter determinante, já a corrente de pensamento possibilista privilegia uma perspectiva distinta. Neste último caso, evidencia-se uma abordagem de carácter regional, marcada pela análise da homogeneidade da paisagem, produto da acção dos indivíduos e da civilização que os caracteriza sobre o meio e as suas condicionantes. Esta perspectiva afirmou-se no início do século XX, tendo sido sistematizada por Vidal de la Blache e adoptada por um conjunto de geógrafos, franceses e de outras origens, que implementaram os estudos de Geografia Regional, tipicamente sob a forma de monografias que, posteriormente, poderiam dar origem às grandes sínteses geográficas. Estas permitiam identificar as principais características geográficas presentes em unidades territoriais mais vastas, como países ou macro-regiões (a Península Ibérica, o Mediterrâneo, a América do Norte...), possibilitando a elaboração de sínteses que ajudavam a compreender, quer a unidade interna nelas existente, quer os eventuais traços de diversidade. Em Portugal, os estudos de Geografia Regional fizeram escola entre os anos 40 e os anos 60, cabendo a Orlando Ribeiro um papel chave na afirmação desta forma de fazer Geografia. Para além dos seus trabalhos monográficos, como a *Ilha da Madeira*, elaborou obras de síntese fundamentais (*Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico* ou *O Mediterrâneo – Ambiente e Tradição*) e preocupou-se com a reflexão teórica e metodológica acerca da disciplina, tendo ainda fundado, em 1943, na Universidade de Lisboa, o Centro de Estudos Geográficos. Esta unidade de investigação, que permitiu dar corpo à futura Escola Geográfica de Lisboa, produziu, entre os anos 40 e 70 do século XX, inúmeros trabalhos enquadrados na perspectiva da Geografia Regional Tradicional, não apenas sobre parcelas do território do continente, mas também sobre as antigas colónias portuguesas e, em particular, as Ilhas Atlânticas: Madeira, São Miguel, Corvo, Graciosa, São Tomé, Santiago de Cabo Verde, o que justificou uma tradição de investigação sobre estes últimos territórios.

A partir dos anos 50 do século XX, no plano internacional, a Geografia efectua uma ruptura face à tradição ecológica das correntes anteriores, afirmando-se uma

¹ Amorim Girão (1936/2000: 14-15) não pode ser considerado um adepto do determinismo geográfico, como demonstram os seus trabalhos de Geografia Regional e, também, algumas críticas ao pendor demasiado naturalista de Ratzel e a sua admiração por geógrafos da Escola Regional Francesa como Jean Brunhes. Contudo, nas suas *Lições de Geografia Humana* (1936, 2000), as referências que vai buscar a Ellen Sample relativamente aos efeitos determinantes sobre os traços fenotípicos e psicológicos dos grupos humanos, bem como à sua organização cultural e social não deixam de demonstrar algum fascínio pelo determinismo, se bem que mitigado pelas referências à acção do homem sobre o ambiente, em cada contexto civilizacional.

“nova” disciplina virada para a análise dos processos espaciais e preocupada com as decisões locativas. Esta corrente, frequentemente designada como Nova Geografia ou Geografia Teórica e Quantitativa, apoia-se em princípios neopositivistas clamando pela cientificidade da geografia (SCHAEFER, 1953/1977) e enfatiza a objectividade associada à quantificação e aos modelos, onde o espaço geográfico, isotrópico e abstracto, se assume como conceito fundamental. A identificação de padrões espaciais, cuja natureza se pode aproximar das leis científicas, é outra das características desta perspectiva geográfica que, para além da renovação da orientação metodológica e conceptual, valoriza a aplicação, designadamente através do planeamento territorial. Note-se que ao romper com a tradição ecológica, isto é, com a centralidade analítica do estudo das “relações e conexões entre factos físicos e humanos” (ARNAL, 2003: 34), a Nova Geografia abriu caminho para a especialização sectorial, o que teve como consequência a emergência de uma clivagem entre Geografia Física e Geografia Humana e a afirmação, dentro de cada um destes grandes ramos, de áreas temáticas que, no último caso, incluem, por exemplo, a Geografia Económica, a Geografia Social, a Geografia da População e, claro, a Geografia Política.

De qualquer forma, após a emergência da Nova Geografia nos anos 50 do século passado, as formas de pensamento geográfico, designadamente no âmbito da Geografia Humana, conheceram um processo de diversificação e complexificação (PEET, 1998; ARNAL, 2003). Logo nos decénio de 60, uma geografia Radical que se apoiava no pensamento marxista e que foi buscar inspiração a geógrafos anarquistas de finais do século XIX, como Elisée Reclus e Kropotkin (vincent, 2010), apresentou-se como alternativa à Nova Geografia, salientando processos como a produção social do espaço e a exploração de umas regiões por outras e afirmando temáticas de investigação como a desigualdade sócio-espacial, a segregação residencial, a expressão espacial das classes sociais ou o colonialismo e o neocolonialismo. Em Portugal, se o trabalho de Jorge Gaspar *A área de influência de Évora, sistema de funções e lugares centrais*, publicado inicialmente em 1972, emerge como o primeiro e mais emblemático estudo enquadrado pela corrente neopositivista, os 10 anos subsequentes à Revolução de Abril de 1974 assistiram a um crescimento dos trabalhos de inspiração marxista, de que são exemplo as análises sobre a distribuição regional das classes sociais ou sobre a indústria de João Ferrão (1992a e 1992b) e, também, os estudos sobre a habitação degradada e o mercado habitacional de Teresa Barata Salgueiro (e.g. BARATA SALGUEIRO, 1983).

Uma outra linha de pensamento associada ao trabalho geográfico corresponde às denominadas correntes humanistas que se desenvolveram a partir dos anos 70

do século XX que, ao reagirem contra os excessos de quantificação e à ideia de um “comportamento humano médio” associado à racionalidade económica muito preconizado pela Nova Geografia, permitiram afirmar uma Geografia dos lugares (*places*) assente nas experiências específicas dos indivíduos e no modo como estes percebem, representam e vivenciam esses lugares. Estas correntes, em si mesmas muito diversas, uma vez que incluem desde uma linha behaviorista que adopta métodos essencialmente quantitativos e procura identificar padrões nas representações que determinados grupos de indivíduos fazem do espaço até linhas fenomenológicas e existencialistas que valorizam as análises individuais profundas apoiadas em metodologias qualitativas, chamaram a atenção para a importância da percepção do espaço e da imagem que os indivíduos têm deste na formação de decisões geográficas, como as que se referem às opções de deslocação ou de localização de uma residência ou mesmo de uma unidade funcional.

Mais recentemente, desenvolveram-se correntes geográficas críticas apoiadas, por exemplo, nas perspectivas feminista e pós-colonial que partilham com o Marxismo a preocupação com as injustiças espaciais e as desigualdades, mas se afastam deste ao recusar a relação entre capital e trabalho, e portanto a luta de classes, como o organizador praticamente exclusivo dos processos de exploração. Para estas correntes, o patriarcado, o racismo ou a exotização dos grupos étnicos não europeus emergem como processos produtores de desigualdade, discriminação e exploração fundamentais que, frequentemente, se cruzam entre si. Também o realismo crítico, baseado nas ideias expressas originalmente pelo filósofo britânico Roy Bhaskar nos anos 70 e que foram de algum modo explicitadas como suporte à investigação científica por Andrew Sayer (1992, 1994, 2000) nos anos 80 e 90, deve ser enquadrado no âmbito das correntes geográficas alternativas que apresentam um fundamento marxista mitigado. Distanciando-se do marxismo por recusar o determinismo das estruturas económicas e sociais associadas à propriedade e aos conflitos de classe, o realismo assume a existência de uma realidade externa aos sujeitos que, apesar de condicionados por estruturas políticas, económicas e sociais, apresentam um grau de autonomia e também são capazes de transformar estas estruturas. Por sua vez, a realidade aparece estruturada em três níveis, correspondendo o primeiro aos factos apreensíveis empiricamente, o segundo aos mecanismos que geram estes factos e o terceiro às estruturas fundamentais que estão por trás dos mecanismos e que só são compreensíveis do ponto de vista teórico. Neste âmbito, a preocupação da ciência centra-se na identificação das causas profundas que explicam os factos e as suas consequências, devendo recorrer-se a uma combinação metodológica que utiliza a

análise extensiva para identificar padrões e dimensão dos fenómenos e análise qualitativa para identificar causas e explicar. Não aderindo à ideia da existência de leis universais em ciências sociais, a perspectiva realista não nega a existência de padrões, nem rejeita os estudos comparativos.

Em síntese, este breve percurso pela evolução da Ciência Geográfica tem como objectivo mostrar que, apesar da importância das geografias temáticas, entre as quais a Geografia Política, e da diversidade de perspectivas que marcam a disciplina na actualidade, há um *corpus* comum que lhe confere unidade. Efectivamente, se tivéssemos que eleger, na tradição geográfica, duas questões-chave transversais capazes de caracterizar as inquietações da Geografia, estas continuariam a ser “*onde?*” e “*porquê aí?*”

O que dá um lugar próprio à Geografia no contexto das ciências é a centralidade que atribui aos processos espaciais e às influências recíprocas que se estabelecem entre estes e as sociedades. No fundo, trata-se de perceber como é que o espaço, nas suas diferentes componentes, influencia os processos sociais, económicos e políticos. Para as respostas que constrói, utiliza conceitos geográficos como região, lugar ou escala e convoca, frequentemente, elementos de outras disciplinas científicas, cuja articulação se materializa nos territórios, verdadeiras plataformas de encontro de distintos saberes. *Como dizia Orlando Ribeiro, “A Geografia é a ciência da Terra, no conjunto e na diversidade”.*

Geografia, Geografia Política e Geopolítica – diferenças, semelhanças e ligações

A Geografia Política afirmou-se como um dos sub-ramos da Geografia Humana, podendo de algum modo assumir-se que Friedrich Ratzel terá sido o geógrafo que delimitou e especificou o conceito na sua *Geografia Política* de 1897, resumindo-o, na sua definição mais simples, como “*o estudo das relações entre o Estado e o solo*”.

O conceito ratzeliano de Geografia Política vai-se afirmar no início do século XX, consistindo numa perspectiva de teor naturalista e estatista que concebe o Estado – a grande realização das civilizações, segundo o próprio Ratzel - como um organismo, necessariamente relacionado com o seu território², que possui um ciclo de vida e um conjunto de funções necessárias para a sua sobrevivência e desenvolvimento (EVA, 1997; LASSERRE E GONON, 2008), o que legitima os processos de expansão, conquista e colonização. Ao adoptar este racional organicista, que assume

² E, portanto, dependente e determinado por este.

que os estados, tal como os indivíduos, têm na competição entre si um processo essencial, Ratzel vai enfatizar uma ideia de ciclo de vida dos Estados, assumindo que ao alargarem o seu território, estes estão a afirmar o seu poder e o da sua civilização (estados pequenos são básicos, enquanto estados maiores estão numa fase de evolução mais avançada) e que esta é característica dos povos europeus. Em suma, como refere Eva (1997: 5), o estado, que nasce da inter-relação entre uma população e um determinado território que, largamente, possui um efeito determinista, pois “representa os interesses vitais colectivos da população, deve, portanto, prosseguir determinados objectivos: uma relação equilibrada e natural com o solo no âmbito dos seus limites naturais, a expansão do território para satisfazer as necessidades de uma população crescente, e a manutenção de uma coesão interna orgânica como uma fonte de estabilidade e de permanência”.

Esta perspectiva de Geografia Política, que aparece enquadrada no movimento científico de base positivista que toma a biologia evolucionista e dinâmica de Darwin como referência e a lei científica como princípio e se ajusta bem aos interesses do Estado-nação europeu (ou de matriz europeia) e colonial que atingiu o seu apogeu no 1º quartel do século XX, prevaleceu e fez escola, influenciando muitos dos principais pensadores da geopolítica dos decénios subsequentes, como Kjellen, Haushofer ou o próprio Mackinder.

De resto, a transição da Geografia Política para a Geopolítica e o esforço de delimitação dos “centros de interesse de investigação” (NUNES, 1977) de cada uma destas disciplinas, inicia-se com Kjellen, um jurista sueco que ensinou História, Geografia e Ciência Política, no início do século XX. Ao propor, logo nos primeiros anos de 1900, o termo Geopolítica (LASSERRE E GONON, 2007), posteriormente clarificado e sistematizado na sua obra de 1916 “*Staten som Lifform*” (O Estado como forma de vida), como aquele que define uma das 5 disciplinas constitutivas da Ciência do Estado, Kjellen contribuiu, não só para autonomizar a disciplina e efectuar a sua diferenciação face à Geografia Política, mas sobretudo para a deslocar para a esfera da Ciência Política (BESSA; DIAS, 2007) e afirmar uma linha estatocêntrica de génese organicista e positivista, que deixou uma marca fortíssima em toda a Geopolítica clássica. Na verdade, Kjellen, na esteira de Ratzel, vai definir Geopolítica como “a ciência do Estado enquanto organismo geográfico, tal como se manifesta no espaço” (KJELLEN, 1917 *apud* BESSA E DIAS, 2007: 46), isto é, “Estado como país, território, região, reino ou império” (LASSERRE; GONON, 2008: 126), emergindo o território como uma base para a dinâmica e o poder dos Estados. Desta forma, podemos compreender melhor o

papel fundamental da Geopolítica enquanto parte da Política, entendida, de uma forma restrita, enquanto estratégia e acção da governação e do exercício do poder de um determinado Estado.

Contudo, quer a Geografia Política que está “na ponta para a Geopolítica”, na expressão feliz de Bessa e Dias (2007: 38), quer a própria Geopolítica podiam, praticamente desde a origem, ter seguido um percurso distinto.

Elisée Reclus, geógrafo anarquista francês, foi contemporâneo de Ratzel, (embora um pouco mais velho do que este), tendo ambos vivido os acontecimentos da Comuna de Paris e do cerco do exército prussiano à cidade em 1870-1871, embora em posições claramente distintas: Ratzel era oficial do exército alemão que sitiou Paris e efectuou uma parada vencedora na cidade no início de 1871 e Reclus, apesar da ausência de preparação militar, combateu pela Comuna (Março a Maio de 1871), ainda que de forma episódica, uma vez que foi feito prisioneiro logo a 5 de Abril, o que limitou a sua acção político-militar neste período (Eva, 1997; Vincent, 2010). As funções que desempenharam e as organizações em que participaram ajudam a compreender as suas perspectivas de Geografia Política e de Geopolítica. Efectivamente, Reclus, considerado por Lacoste o pai da Geopolítica francesa (VINCENT, 2010), vai ter desta uma perspectiva substancialmente diferente da defendida por Ratzel (e Kjellen), recusando o papel central do Estado e a perspectiva organicista deste. De facto, vai contrapor um racional marcado pela relação entre o espaço e os indivíduos, valorizando a acção colectiva e altruísta em detrimento da competição, a decisão consciente e soberana das pessoas em alternativa ao determinismo dos factores naturais e a identificação de elementos constantes e variáveis relativamente à enunciação de “leis científicas” (EVA, 1997; VINCENT, 2010). Evidenciando também preocupações que hoje situaríamos no âmbito da Geografia Social crítica, como a luta de classes e as desigualdades, Reclus vai, na linha crítica do anarquismo, rejeitar o papel de sujeito activo, central e autónomo que é atribuído ao Estado por Ratzel, e enfatizar a capacidade criativa e de construção do espaço dos grupos humanos, associados em função de estratégias de ajuda mútua. Relativamente aos conflitos, a sua natureza não radica na necessidade de expansão territorial dos estados, mas sobretudo nas desigualdades sociais que geram insatisfação, crise e conflito, mais ou menos violento (EVA, 1997).

Contudo, apesar da existência de propostas alternativas, a Geopolítica, que evoluiu e se diversificou ao longo de todo o século XX, ficou sobretudo marcada pela linha original ratzeliana (e de Kjellen) que, mesmo hoje, serve muito mais os interesses dos Estados-nação, com destaque para os mais poderosos do Ocidente que,

inclusive, dominam as próprias organizações supranacionais. Efectivamente, desde os atentados de 11 de Setembro de 2001 nos EUA e, no plano da denominada Geopolítica económica, por vezes também designada por Geoeconomia na esteira de autores como Vicens Vives (1950), desde que os estrategas financeiros neoliberais se recompuseram do choque económico associado ao problema do *subprime* nos EUA e ao descontrolo dos mercados especulativos bolsista e imobiliário que deram origem à crise financeira espoletada no Outono de 2008 e de que grande parte do mundo ainda não se refez, que se vêm “legitimando”, de modo diverso, formas de intervenção militar, política e económica que violam o princípio da soberania dos Estados e subvertem qualquer lógica democrática. São exemplo do primeiro caso, a 2ª Guerra do Iraque em 2003 e, do segundo, a pressão externa, nomeadamente da UE e da Alemanha que levou à mudança de governos em 2011 em Itália e na Grécia. Do ponto de vista económico, podem citar-se as imposições em termos de política económica e financeira a Portugal e à Grécia por parte do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional, no contexto das operações de resgate financeiro destes países, levadas a cabo também em 2011.

Se esta “viagem” pelas origens nos permite situar melhor a génese da Geografia Política e da Geopolítica e, também, o tipo de percurso dominante desta última, falta esclarecer quais são as diferenças actuais entre as duas disciplinas. Em primeiro lugar, convém referir que a expressão “Geografia Política” que chegou a ser quase equivalente a Geografia Humana, como afirma Orlando Ribeiro na sua *Introdução ao Estudo da Geografia Regional* (1987: 14) conheceu uma razoável rejeição científica e académica entre as Ciências Sociais no período que vai dos anos 40 aos anos 70 do século XX (BESSA; DIAS, 2007; Lasserre e Gonon, 2008), não obstante a produção de algumas teses³ e a sobrevivência da Geopolítica no contexto do ensino da Ciência Política e das Relações Internacionais. Este “apagamento” da *Geografia Política*, que, como vimos, facilitou a afirmação do termo *Geografia Humana*, é o resultado da relevância que Haushofer e a Escola Geopolítica de Munique tiveram enquanto suporte teórico e estratégico da ideologia expansionista e racista do nazismo alemão, derrotado na 2ª Guerra Mundial. Neste período, em que os regimes coloniais europeus chegam ao fim, os princípios da emancipação dos povos se afirmam e novas potências (EUA e URSS) substituem o velho núcleo dominante europeu, a Geografia Política e a Geopolítica eram frequentemente vistas como disciplinas doutrinárias

3 São exemplo a tese de doutoramento de Suzanne Daveau (1959), geógrafa francesa radicada em Lisboa desde os anos 60 do século XX, sobre as regiões fronteiriças das montanhas do Jura que foi defendida em Paris em 1959 ou o trabalho de Prescott (1965) sobre a Geografia das Fronteiras.

que funcionavam como suporte científico da velha ordem eurocêntrica, colonial e imperialista, tendo ainda o anátema de terem servido de suporte à Alemanha nazi derrotada na 2ª Guerra.

A partir dos anos 70, a Geopolítica e a Geografia Política vão recuperar a sua posição no contexto das ciências sociais, experimentando um processo de diversificação de perspectivas que abre o leque para além das linhas evolutivas que se desenvolvem a partir dos clássicos, aparecendo trabalhos sobre outras escalas e actores que não apenas o Estado, de que são exemplo os estudos de Cox (1973) sobre conflitos e movimentos urbanos, as preocupações de Yves Lacoste com a utilização política e militar das variáveis e das representações geográficas, as investigações de Foucher (1988) sobre a problemática das fronteiras nos anos 70 e 80 e, mais recentemente, as linhas de Geopolítica crítica de O’Tuathail (1996). Mas regressemos, à questão-chave – o que diferencia, afinal, as duas disciplinas na actualidade?

Partindo de uma primeira definição contemporânea de Geopolítica, esta aparece como “*a análise das características geográficas dos fenómenos políticos; a espacialidade dos diferentes fenómenos políticos*” (LACOSTE *apud* LASSERRE; GONON, 2008: 12), o que nos remete para o quadro espacial em que ocorrem os vários fenómenos políticos. Esta perspectiva é, de algum modo, reafirmada por Bessa e Dias (2007: 51-52) que reconhecem “a suma importância do quadro geográfico” e definem a Geografia Política como a disciplina que se “ocupa das condições dos Estados, como seja do meio, do factor humano, da distribuição do território, para melhor estudar as relações existentes no seio das entidades políticas e a relação destas com outras entidades políticas” (BESSA; DIAS, 2007: 27). Contudo, estas definições não são unânimes, havendo alguns geógrafos que enfatizam a centralidade do poder na essência da Geografia Política, como acontece como Sánchez (1992) que refere que o campo de actuação da disciplina consiste na análise das relações de poder no espaço. Trata-se da articulação política entre a sociedade e o espaço.

Curiosamente, esta última noção de Geografia Política tem alguns elementos de paralelismo com a definição de Geopolítica avançada por Dawson (2005: 360-361), baseado nas palavras de Osmo Tuomi:

Theoretical Geopolitics studies the relation between physical space and international politics, develops models for the spatial division of the world into cooperating and competing parts for historical, economic and political reasons, and analyses how the participants interpret the political, economic and military consequences of this division (...) The Geopolitics of a state or other territorially defined society means its pursuit of geographically dimensioned aims that are connected with its economic and political position, security and culture.

Contudo, no último caso, é enfatizada a ideia de “espaço físico”, o que aponta para uma desvalorização da dimensão social do espaço, apesar da importância conferida à representação que os actores têm das divisões espaciais do mundo. Em contrapartida, o termo *poder* aparece ausente, de forma explícita, na definição de Tuomi de Geopolítica, sendo de algum modo substituído pelas noções de *política* e de *segurança* e das relações destas com o espaço.

Já Lasserre e Gonon (2008) apresentam uma interessante discussão sobre o que distingue Geografia Política e Geopolítica, sempre no contexto do trabalho dos geógrafos, ainda que realcem a convergência dos conteúdos de diversas disciplinas no último tipo de saber científico. Neste âmbito, mencionam uma definição genérica de Geopolítica que enfatiza a relação entre poder+identidade e território, bem como a representação desta relação: “Geopolítica define-se como o estudo dos diferentes tipos de relações de poder e de identidade associadas aos territórios, bem como das representações que lhes estão associadas” (LASSERRE; GONON, 2008: 14).

De algum modo, podemos sintetizar as diferenças afirmando que ambas as disciplinas têm como objecto as relações entre política e território, ainda que a Geografia Política parta da segunda componente e acentue e a Geopolítica enfatize a primeira (interpretada frequentemente como *poder*), deslocando-se para a esfera da Ciência Política (Quadro 1). A Geopolítica debruça-se, assim, essencialmente sobre as relações entre a política (internacional, na maioria dos casos) e o espaço físico, numa acepção mais estrita centrada no quadro *do exercício do poder* (sistemas de controlo, distribuição geográfica do poder) e na sua articulação com o espaço (no modo como este as influencia e como contribuem para a sua organização). O Estado emerge como actor fundamental, mas não é o único, como evidenciam os textos mais recentes.

Aceitando que a orientação para a aplicação é outro traço distintivo das duas disciplinas, estando presente de modo bem mais explícito no caso da Geopolítica, que incorpora uma dimensão “especulativa” (BESSA; DIAS, 2007) e frequentemente de projecção para o futuro, já não estamos de acordo com o traçar uma distinção baseada numa pretensa lógica “descritiva” da Geografia face ao carácter “programático” da Geopolítica, conforme mencionado por Sousa Lara (*apud* Dias, 2010: 64). Mesmo aceitando que o termo “programático” se aproxima das ideias de disciplina especulativa e aplicada associadas à Geopolítica, não é possível classificar a Geografia contemporânea (e dentro desta, o ramo da Geografia Política) como “descritiva”, conforme evidenciam todos os estudos de carácter operativo e aplicado desenvol-

vidos após a 2ª Guerra Mundial no âmbito da Nova Geografia ou as perspectivas profundamente analíticas do Realismo Crítico utilizadas nos estudos geográficos dos anos 80 e 90.

Adicionalmente, opor o pretenso carácter sincrónico da Geografia Política à perspectiva diacrónica e, portanto, dinâmica, da Geopolítica, como acentua, uma vez mais, Sousa Lara (*apud* DIAS, 2010: 64), parece também excessivo. Na verdade, a análise dinâmica vem sendo um apanágio da Geografia, nem sendo necessário recorrer à tradição da análise dos processos de difusão de Hagerstrand iniciada nos anos 50⁴ e da sua *time-space geography*, para evidenciar como as questões temporais estão presentes nos estudos, desde a evolução dos padrões regionais do comportamento eleitoral até às alterações de fronteiras, passando pela análise dos lugares de memória e identidade e da sua produção e evolução.

Dito isto, parece-nos que as diferenças fundamentais entre as duas disciplinas, que claramente se complementam, se situam ao nível do ponto de partida para o objecto (mais *território* na Geografia Política, mais *política* na Geopolítica), à maior valorização da componente prospectiva e especulativa na Geopolítica (o que não significa que a Geografia Política seja descritiva), à orientação mais *normativa* (e *programática*, estando nós, neste caso, de acordo com o termo empregue por Sousa Lara) da Geopolítica e, finalmente, à centralidade da questão do poder (e da sua prática, o que remete para a análise do comportamento dos actores em conflito ou cooperação) no caso da Geopolítica. Assumindo nós que esta questão não está ausente na Geografia Política, nesta última é o “quadro geográfico”, muitas vezes dinâmico, composto pelas unidades territoriais e as suas fronteiras, as redes, as cidades, os comportamentos eleitorais regionais, etc... que emerge enquanto foco de análise fundamental.

4 Ver, por exemplo, *The propagation of innovation wave*, publicado em Lund em 1952.

QUADRO 1
Geografia Política e Geopolítica: síntese de semelhanças e diferenças

	Geografia Política	Geopolítica
Objecto Geral	Relações entre Território e Política	Relações entre Política e Território
Sujeitos de investigação	Vários actores, com um enfoque inicial no Estado	Estado, com uma inclusão tímida de outros actores
Perspectivas e Métodos	Diversificados, recorrendo a métodos de várias disciplinas. Análise estática e dinâmica.	Diversificados, recorrendo a métodos de várias disciplinas, com destaque para a Política, a Geografia e a História. Análise dinâmica e especulativa.
Intencionalidade	Perspectiva aplicada menos presente, que se cruza com outras áreas da Geografia em domínios com o Ordenamento e a Gestão do Território	Perspectiva aplicada mais presente ligada às relações internacionais e à (geo) estratégia. Carácter mais normativo.
Objectivos ou fins	Análise das características geográficas dos fenómenos políticos	Relações de poder (e identidade) associadas ao território

Nota conclusiva

Partindo de uma perspectiva da Geografia, procurámos avançar, num quadro comparado, elementos do processo evolutivo e das características presentes da Geografia Política e da Geopolítica de modo a clarificar os aspectos centrais de distinção das duas disciplinas, bem como as suas margens de sobreposição. Esta tarefa, para além de necessariamente incompleta, assume um posicionamento crítico, quer no que respeita à matriz clássica da Geopolítica (e da Geografia Política), quer em relação à afirmação de uma eventual divergência significativa entre estas duas áreas do conhecimento.

Em nosso entender, embora se trate de campos do conhecimento distintos, não só existe uma base original comum (uma preocupação com o Estado e uma perspectiva organicista deste e das suas relações com o território, como evidenciam as propostas de Ratzel e Kjellen), como ainda hoje assentam numa mesma inter-relação básica (a relação entre política e território que, nalguns casos, sobretudo no âmbito da Geopolítica, é interpretada como relação entre poder e território) e nos factores que a condicionam. Contudo, enquanto o território e as suas características são o ponto de partida da perspectiva da Geografia Política, já a Geopolítica se centra na política e no exercício do poder, aparecendo as características geográficas como elemento supletivo de explicação. Pode assumir-se também que a Geopolítica assume uma orientação mais especulativa e aplicada, implicando isto análises concretas das estratégias de actores e dos seus objectivos. É por este motivo que a Geopolítica é por vezes interpretada como uma espécie de Geografia Política Aplicada, perspectiva que nos parece claramente redutora. Efectivamente, se o contributo da Geopolítica, remete para a construção do discurso político (DIAS, 2010: 64) e para a definição de estratégias de equilíbrio, controlo e conquista do poder, mais ou menos concretas, a disciplina apresenta também fundamentos teóricos como evidenciam as teses clássicas de Mackinder ou os contributos mais recentes de Samuel Cohen ou de O' Tuathail, o que assegura o seu suporte científico.

Em contrapartida, perspectivas que enfatizam a dicotomia *perspectiva estática* (que seria da Geografia Política) – *perspectiva dinâmica* (supostamente da Geopolítica) como um dos fundamentos de separação também nos parecem, igualmente, enviesadas. Mesmo que a Geografia Política confira mais atenção ao “quadro geográfico” que configura o território, este é interpretado, na maioria das vezes, enquanto fenómeno dinâmico, enquanto processo, o que aproxima o sub-ramo disciplinar do carácter diacrónico da Geopolítica.

Em suma, uma mesma relação base (*política-território*) interpretada tomando pontos de partida distintos e bases conceptuais diferenciadas (Ciência Política vs. Geografia), bem como objectivos não coincidentes, mas complementares (perspectiva mais aplicada e centrada no poder no caso da Geopolítica; perspectiva orientada para o significado do quadro geográfico para a análise dos processos políticos), constituem o “caldo” que permite diferenciar Geografia Política e Geopolítica.

Referências

- ARNAL, A. M. H. *Teoria y Método de la Geografía. Introducción al análisis geográfico regional*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2003.
- BARATA SALGUEIRO, T. *Mercado de Habitação e Estrutura Urbana na Área Suburbana de Lisboa*. Assembleia Distrital de Lisboa: Boletim Cultural nº 89, Lisboa, 1983.
- BESSA, A. M. e Dias, C. M. M. *O Salto do Tigre. Geopolítica Aplicada*. Lisboa: Prefácio, 2007.
- BOLÉO, J. O. *O Determinismo Antropogeográfico: o meio e a raça*. Lisboa: Imprensa Beleza, 1935.
- COX, K. *Conflict, Power and Politics in the City*. Nova Iorque: Mc Graw-Hill, 1973.
- DAVEAU, S. *Les Régions Frontalières de la Montagne Jurassienne. Étude de Géographie humaine*. Trevaux, Mémoires et Documents, Institut de Études Rhodaniennes de l'Université de Lyon, 1959.
- DAWSON, R. "Geopolitics" in Mc Coll, R. W. (ed.), *Encyclopedia of World Geography* (vol.1). Nova Iorque: Facts on File Inc., 2005 (p. 360-366).
- DIAS, C. M. M. *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos*. Lisboa: Prefácio, 2010.
- EVA, F. *Back to the Future. Reclus versus Ratzel: from State Geopolitics to Human Geopolitics*. International Geographical Union International Congress, Trieste, 10-14 Dezembro 1997.
- FERRÃO, J. *Indústria e Valorização do Capital. Uma Análise Geográfica*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1992a.
- FERRÃO, J. *Serviços e Inovação: novos caminhos para o desenvolvimento regional*. Oeiras: Celta Editora, 1992b.
- FOUCHER, M. *Fronts et frontières. Un tour du monde géopolitique*. Paris, Fayard, 1988.
- GASPAR, J. *A área de influência de Évora, sistema de funções e lugares centrais*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1981.
- GIRÃO, A. A. *Lições de Geografia Humana*. Coimbra: Coimbra Editora (ed. *fac simile* realizada pela Câmara Municipal de Vouzela), 1936/2000.
- HÄGERSTRAND, T. *The propagation of innovation waves*. Lund Studies in Geography, Série B, nº 4, 1952.
- LASSERRE, F. ; e GONON, E. *Manuel de Géopolitique – Enjeux de pouvoir sur des territoires*. Paris : Armand Colin, 2008.
- MAUREL, J. B. e ALBA, F. O. *Comentário de textos geográficos (Historia y crítica del pensamiento geográfico)*. Barcelona: Oikos-Tau, 1995.
- NUNES, A. S. *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença/GIS, 1977.
- ÓTHUATAIL, G. *Critical Geopolitics*. Londres: Routledge, 1996.
- PEET, R. *Modern Geographical Thought*. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.
- RIBEIRO, O. *Introdução ao estudo da geografia regional*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1987.
- RIBEIRO, O. *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1986.
- RIBEIRO, O. *O Mediterrâneo – Ambiente e Tradição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- SÁNCHEZ, J.-E. *Geografía Política*. Madrid: Editorial Synthesis, 1992.

- SAYER, A. **Method in Social Science: a Realist Approach**. Londres: Routledge, 1992.
- SAYER, A. **Realism and Space: a reply to Ron Johnston**. *Political Geography*, 13(2), pp.107-109, 1994.
- SAYER, A. **Realism and Social Science**. Londres: Sage Publications, 1953/1977.
- SCHAEFER. **O excepcionalismo na Geografia: um estudo metodológico**. *Boletim de Geografia Teorética*, vol.17 (13), 1953/1977 (p.5-37).
- VINCENT, J.-D. *Élisée Reclus, Géographe, anarchiste, écologiste*. Paris: Robert Laffont, 2010.
- VIVES, J. V. **Tratado General de Geopolítica**. Barcelona: Editorial Vicens Vives, 1950/1981.